

CONTRIBUIÇÕES DE LÊNIN E SCHUMPETER PARA A HISTÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO — ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA

ARMANDO ALEXANDRE CASTRO¹

FREDERICO BURGOS²

MARIA VALESCA DAMÁSIO³

SIEGRID GUILLAUMON⁴

THAIZ BRAGA⁵

O QUE É A ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA?

A DISCUSSÃO em torno da Administração como ciência tem sido frequente no meio acadêmico. A Administração enquanto área do conhecimento está em constante evolução e passa por momentos de transformação importantes. Entretanto, conforme a literatura produzida nesse campo de conhecimento, ainda não há consensos sobre o seu objeto de estudo, o que incorre nas mais diferentes perspectivas de análise.

Para alguns autores, as relações organizacionais são o elemento central de investigação em Administração, ao passo que, para outros, o objeto de estudo da Administração é a gestão, mais particularmente a gestão das relações sociais de produção e distribuição no contexto do capitalismo (Santos, 2004), de onde se pode apreender o conceito de Administração Política.

Nesse contexto, parecem pouco definidas as fronteiras entre a Administração e as outras ciências com as quais mantém diálogo, especialmente a Economia. Para Bresser Pereira (1979), a Economia e a Administração têm como objeto comum o estudo da produção, circulação e distribuição dos bens econômicos.

¹ Doutorando em Administração (UFBA), <armandocastro@yahoo.com.br>.

² Doutorando em Administração (UFBA), <fredburgos@superig.com.br>.

³ Doutoranda em Administração (conceito Capes 5) (UFBA), <mvalesca.ufba@gmail.com>.

⁴ Doutoranda em Administração (UFBA), <ziggy@yahoo.com.br>.

⁵ Doutoranda em Administração (UFBA), <thaizbraga.com.br>.

A Economia, ou a Economia política, “é a ciência que estuda a produção, a circulação e a distribuição de bens ao nível universal, ao nível de cada estado nacional e, no máximo, ao nível de cada região” (Bresser Pereira, 1979, p. 39). Corroborando esta assertiva Teixeira (2000) descreve a Economia política:

como uma expressão utilizada para designar uma determinada área do conhecimento, ou campo da ciência, voltada para o estudo dos problemas da sociedade humana relacionado com a produção, a acumulação, a circulação e a distribuição de riquezas, bem como para as propositões de natureza prática a ela associadas (Teixeira, 2000, p. 85).

A Administração, por sua vez, é considerada por esses autores como a ciência que estuda a produção e distribuição de bens no âmbito de *cada unidade econômica organizada de forma burocrática*, bem como a circulação no mercado dos bens produzidos ou demandados em *cada organização ou empresa*. No entender de Bresser Pereira (1979), a Administração teria como objeto de estudo a sociedade como um todo, apenas quando seu objetivo fosse a investigação da organização burocrática estatal, uma vez que esta tende a confundir-se com a sociedade (Bresser Pereira, 1979, p. 39). Em síntese, a Administração Política, ou Pública, nas palavras do autor, ao preocupar-se com as políticas públicas a serem desenvolvidas pelo Estado, transformar-se-ia em uma abordagem teórica que se aproximaria da Economia Política. Ambos os campos do saber confundir-se-iam, pois teriam como preocupação — como foco de estudo — os bens econômicos e os recursos existentes em uma sociedade.

Para esse autor, tal como definido por Santos (2004), a Administração Política — a concepção de um modelo de gestão das relações sociais que tem por objetivo garantir certo nível de bem-estar, expresso nas garantias plenas da materialidade —, parece guardar, em seu âmbito, os mesmos problemas e as mesmas categorias abrangidos pela Economia Política, carecendo seu objeto e seu escopo de maior delineamento.

Nesse sentido, a investigação dos autores clássicos é relevante para o fortalecimento das bases conceituais da Administração Política, que surge com o objetivo de produzir um entendimento mais amplo dos processos sociais em curso, dos quais os instrumentos das ciências sociais não têm dado conta. Ao mesmo tempo, estabelece uma ruptura entre a “adminis-

tração teórica” e a “administração profissional”, requerendo um novo objeto e um novo método, e, enfim, uma reconceitualização do próprio domínio científico da Administração, retirando desta ciência seu caráter, meramente, instrumental.

Para tanto, este ensaio tem como objetivo identificar, com base na leitura dirigida de autores clássicos, suas contribuições para o entendimento e para delimitação da Administração Política. Serão apresentadas as contribuições de Lênin e Schumpeter, dois autores clássicos da Economia Política, para modelar melhor compreensão do conceito de Administração Política. Pretende-se, dessa forma, extrair da análise desses autores, que são referências na Administração, mais especificamente, na Administração Política, elementos que apontem os “meios para alcançar o desenvolvimento” (Santos, 2004, p. 33), a partir da gestão das relações sociais de produção e de gestão, dentro do capitalismo.

Este ensaio está dividido em três partes, além dessa problematização inicial, a segunda parte traz uma breve apresentação do autor estudado — Lênin — tendo continuidade com o estudo de uma de suas principais obras — *O Estado e a Revolução* —, apresentando seu contexto histórico e as interpretações sobre a doutrina de Marx e Engels, presentes nesta obra. Em seguida, são apresentadas as formulações de Lênin, que permitem iniciar reflexões acerca de suas contribuições para o debate sobre a Administração Política e seu delineamento, debate que finaliza esta parte. A terceira parte segue uma mesma estrutura, apresentando, inicialmente, o autor — Schumpeter — e sua obra *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, para, em seguida, trazer seu diálogo com Marx, e, por fim, apresentar seus postulados que engendram reflexões sobre o campo da Administração Política. A quarta parte ensaia uma síntese do que foi apresentado, estabelecendo categorias analíticas que permitem compreender elementos comuns (mas não idênticos) às obras dos dois autores, e que, ao mesmo tempo, amparam o entendimento da Administração Política nesses contextos.

A obra de Lênin:

Diálogos e inspirações na doutrina de Marx e Engels

Quem era Lênin?

Vladimir Ilitch Lênin nasceu em 1870 e tinha como obstinação modificar a consciência do proletariado (e, por isso, formou um pequeno

grupo marxista), planejando e analisando a sociedade russa. Lênin desempenhou papel decisivo na dinâmica social e política do século XX graças a seu talento, como visionário, político e estrategista, bastante determinado em seus objetivos. Dedicou-se à análise das condições prévias para uma revolução na Rússia sempre com ideias marxistas, e, como retrato dessa fixação pelas ideias de Marx e Engels, traduziu para o russo o *Manifesto do Partido Comunista*, obra capital desses autores.

Em outubro de 1917, assumiu o governo da Rússia e instituiu o socialismo. Lênin resistiu, com força, ao movimento contrarrevolucionário (1918-1921). Nacionalizou indústrias e bancos, controlou as terras agrícolas e estabeleceu forte controle político e econômico. No campo intelectual, algumas das suas obras mais importantes foram: *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*; *Protesto dos social-democratas russos*; *A falência da II Internacional*; *Imperialismo: fase superior do capitalismo*; e *O Estado e a Revolução*. Nesse contexto, considera-se a obra de Lenin como fundamental para compreensão da Administração Política, no seu tempo.

O Estado e a Revolução — 1917

Com base na ideia de que a Administração Política teria como **essência** a ação de gerir as relações sociais e a **finalidade** de construir um modelo de gestão que incorra no desenvolvimento, e que este desenvolvimento considere determinadas condições econômicas e sociais, este ensaio tece, nesta primeira parte, algumas reflexões sobre a obra *O Estado e a Revolução*, de Lênin. A obra constitui uma reflexão geral e abstrata da doutrina marxista sobre o Estado e o Socialismo. Alguns entendimentos prévios são importantes para o que o ensaio pretende desenvolver: 1) o delineamento do poder dentro da sociedade é um elemento fundamental no tratamento da Administração Política, pois é a partir desse delineamento e das diferentes facetas assumidas pelo poder, que se compreendem os problemas deflagrados pela gestão política; 2) é dentro de um contexto tridimensional constituído pelo Capitalismo, Estado e Sociedade que a Administração Política é desenhada.

Uma primeira questão que se levanta trata da forma pela qual a noção de Administração Política se insere no contexto da mencionada obra. No cenário considerado na obra de Lênin, a Administração Política é definida, basicamente, pelo Estado que, primeiro, deverá ser conquistado

pelo proletariado, que deve iniciar a sua transformação e culminar no seu desaparecimento. Segundo Lênin,

Para nós, não se trata de reformar a propriedade privada, mas de aboli-la; não se trata de atenuar os antagonismos das classes, mas de abolir as classes; não se trata de melhorar a sociedade existente, mas de estabelecer uma nova (Lênin, 1983, p. 15).

É no cenário de uma pré-revolução socialista, na Rússia, que Lênin termina a sua obra, tendo a experiência da Comuna de Paris como contexto, para reafirmar suas convicções ancoradas, inteiramente, no pensamento de Engels e Marx. Neste ensaio entendemos ser pertinente apresentar as interpretações de Lênin, especificamente, sobre o Estado, a partir do qual, de forma subjacente, estará reportando-se à noção de Administração Política.

O *Estado e a Revolução* foi publicado em setembro de 1917, às vésperas da Revolução de Outubro, liderada pelo partido bolchevique. Nesse trabalho, Lênin volta-se para o restabelecimento da doutrina de Marx e Engels sobre o papel da ditadura do proletariado na revolução socialista. Na obra, a teoria marxista dialoga com os anarquistas e oportunistas, que tendiam a uma interpretação de que haveria uma gradual evolução do sistema capitalista para o socialismo, defendendo os meios parlamentares como legítimos, quando não únicos, para a luta do proletariado diante dos capitalistas. No entanto, para Lênin,

Era preciso ir direto à consciência das massas e converter o marxismo em uma força política real, revolucionária em sua forma, em suas consequências e sua marcha para diante (1983, p. 10).

Para tanto, o Estado deveria ser constituído pela ditadura do proletariado, o que preconizava a existência de uma democracia em que toda a sociedade, ou sua maior parte, teria acesso à governança. Seria condição *sine qua non* ter um Estado com seu papel bem caracterizado para, apenas então, conquistá-lo e, em seguida, transformá-lo e destruí-lo. Diante disso, o marxismo serve à revolução proletária, e Lênin, nesta obra *O Estado e a Revolução*, preocupou-se, sobretudo nos primeiros capítulos, em entender e aprofundar suas interpretações das obras de Marx e Engels, seus

postulados sobre o Estado e sobre seu papel na ditadura do proletariado. O que é notável é que o modelo de Administração Política, desenhado na época, coloca o Estado dentre as três dimensões, naquela que define os rumos da sociedade, o que é perfeitamente factível de acordo com Santos:

Considerando que o Estado é o árbitro dos sistemas de controle sociais, então a gestão social (ou seja, a Administração Política) termina por ganhar mais densidade no âmbito do Estado, portanto nas relações do Estado com a sociedade (Santos, 2004, p. 33).

Nesse sentido, a gestão social da época **pode e deve** ser discutida a partir da interpretação de Lênin feita sobre a doutrina de Engels e Marx, e é isso que a obra *O Estado e a Revolução* fez. Entre os principais pontos que norteiam o modelo de Administração Política pensados por Lênin, o Estado surge como um produto do antagonismo inconciliável das classes, a partir da análise histórica de Engels: o Estado aparece na medida em que os antagonismos de classes não podem ser, objetivamente, conciliados, atenuando os conflitos nos limites da “ordem”. O pensamento político de Lênin, que opera a partir e contra o desafio do Capitalismo da “era do imperialismo”, corrobora as ideias de Engels. Para Lênin,

Esta obra [*O Estado e a Revolução*] continua fundamental para a dinâmica das revoluções proletárias e sua importância aumenta quando a avaliação se faz em termos das situações predominantes na periferia do mundo capitalista e nas nações em transição para o socialismo (Lênin, 1983, p. 17).

Todos os que tentaram interpretar as obras desses dois teóricos do socialismo científico cometeram o erro de distorcer as suas palavras sobre a revolução da sociedade capitalista para a comunista e de se lançarem em defesa de teorias nacionalistas que vão contra as teses essenciais da luta dos trabalhadores, segundo Lênin.

Para Engels, há a necessidade de uma força que se coloque, aparentemente, acima da sociedade com o fim de atenuar o conflito nos limites da ordem, força esta que sai da sociedade, ficando, porém, por cima dela, e dela vai afastando-se cada vez mais, sendo esta representada pelo Estado. A sua existência prova que as contradições de classes são inconciliáveis (Engels,

1894. Apud: Lênin, 1983). Baseada nessa noção de Estado, Lênin reconhece na Revolução de 1871 — a experiência da Comuna de Paris —, o cenário apropriado para argumentar que, diferentemente de outras revoluções que só fortaleceram a máquina governamental, a substituição do Estado burguês pelo Estado proletário não é possível sem revolução violenta. Nesse exato sentido, a abolição desse Estado, ou melhor, de todo e qualquer Estado, só é possível pelo “definhamento”. Mas o que seria este definhamento?

O definhamento seria a decadência de um Estado, agora tomado pela classe proletária. Dito de outra forma, depois da revolução socialista haveria uma substituição da “força especial de repressão”, que correspondia, inicialmente, à força da burguesia reprimindo o proletariado, passando, após a revolução, da burguesia para o proletariado (a ditadura do proletariado). Segundo Lênin (1983, p. 23), “é nisso que consiste a abolição do Estado como Estado”. Assim, o Estado — que representava o principal locus da Administração Política — passa a ser supérfluo, tornando-se uma espécie de artigo de “museu de antiguidades, ao lado da roda de fiar e do machado de bronze” (Engels. Apud: Lênin, 1983). Então, para conduzir a máquina governamental para esse museu seria necessária uma revolução violenta, a partir da qual o governo das pessoas seria substituído pela administração das coisas e pela direção do processo de produção — e assim o Estado seria morto.

É válido mencionar que o “Estado livre do povo” defendido por Engels e Marx é bem distinto do “Estado livre do povo” defendido pelo programa corrente dos social-democratas alemães, de 1870. Os pressupostos defendidos por estes últimos compunham um programa sem conteúdo político, em uma tentativa de traduzir uma ideia de democracia dentro dos pressupostos burgueses (democracia burguesa maldisfarçada).

A partir da experiência da Comuna de Paris, Lênin explica que as ideias de Marx e Engels sobre a necessidade da revolução violenta se referem ao que ele entende como uma única e exclusiva via através da qual o Estado burguês cederia lugar ao Estado proletário.

Do capitalismo ao comunismo:

O Estado e a Revolução e a Comuna de Paris

Após reflexões sobre ao diálogo da obra de Lênin com a doutrina de Marx e Engels, delinea-se a Administração Política na perspectiva da materialidade das relações sociais, a partir dos ideais do Socialismo/Comunismo,

em que o “definhamento” do Estado realçava, não raro, o empoderamento do proletariado e a consecução final dos ideais de Marx e Engels.

O socialismo marxista — ou científico — apresentado por Marx e Engels, no século XIX, centraliza suas considerações e conceitos a partir da análise científica da sociedade capitalista, tendo como base o materialismo histórico — segundo o qual, o modo de produção é fator determinante das relações sociais. Configura-se como corrente de pensamento contrária ao liberalismo e ao capitalismo, compreendendo nestes, a existência de contradições e lacunas demasiadamente perversas à condição humana.

Marx e Engels, em obras como *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1859) e *O Capital* (1867), disseminam ideias contrárias a todo socialismo utópico empreendido por autores clássicos como Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1837), Louis Blanc (1811-1882) e Robert Owen (1771-1858), e chegam a reivindicar/exaltar a organização da classe trabalhadora enquanto dinâmica revolucionária. A luta pelo poder, para Marx, dar-se-ia, num primeiro momento, a partir de partidos políticos socialistas e sindicatos operários. Os burgueses detentores dos meios de produção, de um lado, e a classe operária mercantilizando sua força de trabalho, do outro lado.

O que a experiência da Comuna de Paris poderia oferecer à luta operária e instalação do comunismo no mundo, segundo Marx?⁶ O heroísmo dos comunardos corroboraria a causa comunista? Para Lênin, embora tendo advertido os operários parisienses sobre as reais possibilidades de fracasso (confirmada posteriormente), Marx teria visto nesse episódio uma “experiência histórica de enorme importância, um passo para frente na revolução proletária universal, uma tentativa prática mais importante do que centenas de programas e argumentos” (1983, p. 46). Segundo Marx, a efêmera revolução proletária e tomada de poder, a partir da Comuna de Paris, deveria ser racionalmente analisada, de modo que se extraíssem ensinamentos táticos e práticos, submetendo à prova parte de suas teorias acerca do Capitalismo.

¹ A Comuna de Paris foi uma revolução proletária organizada pelas massas parisienses, em 18 de março de 1871. Referência na história dos movimentos revolucionários, e compreendida enquanto revolução efetivamente popular, procurou estabelecer melhoria das condições de vida dos indivíduos e de boa parte de uma sociedade marcada por conflitos políticos, econômicos e sociais. A brevidade da experiência da Comuna de Paris ocorreu por conta da violência com que esta foi combatida, registrando cerca de vinte mil mortes em uma única semana — a *Semana Sangrenta*.

“[. . .] Quebrar a máquina burocrática e militar do Estado”, segundo Marx (Apud: Lênin, 1983), era a condição prévia para uma revolução verdadeiramente popular. Para tanto, fazia-se necessária a aliança entre proletários e pequenos camponeses, visando à democracia sólida e à transformação social, sem exploração do homem pelo homem; benesses de qualquer tipo; ou regalias e hierarquias”.

Marx operava com a ideia de destruição da democracia burguesa capitalista e sua substituição pela democracia proletária, uma vez que a primeira era regida por inúmeros equívocos mantenedores da classe dominante (minoridade) em detrimento de melhores condições de vida da maioria. A partir do desenvolvimento do antagonismo de classes entre o capital e o trabalho, o Estado incorporou, com reconhecida intensidade, o caráter de organismo público ordenado para a servidão social — instrumento de força física, inclusive, e de despotismo de uma determinada classe — os capitalistas.

Nessa direção, algumas das ações da Comuna de Paris analisadas por Marx foram a supressão de todas as despesas de representação; supressão dos privilégios pecuniários dos funcionários; redução de todos os ordenados administrativos ao nível do “salário operário”; substituição do exército permanente, passando à maioria da população a responsabilidade repressiva e fiscalizadora do novo regime.

Do Capitalismo ao Socialismo

A passagem do Capitalismo ao Socialismo é destacada por Lênin em suas interpretações de Marx, como etapa posterior, mais desenvolvida, de maior preocupação com as questões sociais e humanitárias, não abarcadas pelo Capitalismo e suas lutas de classe. Da possibilidade iminente de falência do Capitalismo — justificadas pelas suas contradições e desigualdades —, e passagem ao Comunismo futuro, em que houvesse a simplificação das funções de gestão do Estado, permitindo a remoção da hierarquia, reduzindo, genericamente, a uma organização dos proletários em classe dominante.

Para Marx, a transição deveria ser intermediada pela classe denominada “fase inferior do Comunismo” — etapa necessária para a superação de alguns estigmas, possivelmente, presentes numa sociedade comunista recém-saída do Capitalismo —, na qual os meios de produção passam a ser de propriedade de toda a sociedade.

Nessa fase, cada membro da sociedade trabalharia e receberia um certificado atestando a quantidade de trabalho efetuado, que permitiria, posteriormente, a sua troca nos armazéns públicos por quantidade correspondente de produtos. Lênin afirma que “[. . .] feito o desconto da quantidade de trabalho destinada ao fundo social, cada operário recebe da sociedade tanto quanto lhe deu” (1983, p. 114). Sendo assim, a partir das evidências da presença de alguns direitos burgueses — igualdade de trabalho e recompensa material —, críticas se sucederam, negligenciando a compreensão marxista desta etapa enquanto intermediária. Ainda mais, nesta fase, não poderia existir a exploração do homem pelo homem.

Na fase superior do Comunismo, o Estado desapareceria completamente quando a sociedade internalizasse os princípios comunistas, dentre eles: “De cada um conforme a sua capacidade, a cada um segundo as suas necessidades” (Lênin, p. 118). Ainda nesta etapa:

[. . .] Quanto mais perfeita for a Democracia, tanto mais próximo estará o dia em que se tornará supérflua. Quanto mais democrático for o Estado, tanto mais rápida será também a extinção de qualquer Estado (Lênin, 1983, p. 126).

A supressão das desigualdades e classes sociais e o empoderamento de cada partícipe da sociedade seriam alguns dos elementos que apontariam para a institucionalização de um Estado obsoleto — suas forças estariam disseminadas em indivíduos emancipados e cientes de um projeto de Nação, mais justo e descomprometido com minorias burguesas detentoras de capital.

Para Lênin, o Capitalismo, também, apresentava elementos positivos, e, dentre eles, destaques para a organização eficiente, a burocracia e a disciplina. A auto-organização não poderia estar subjugada aos burgueses e seus gestores, surgindo, dessa maneira, um novo homem, em essência, e tendo como referências, experiências como a Comuna de Paris, a revolução proletária, o partidarismo político, o histórico de lutas sindicais, entre outros.

A história tem demonstrado que a excessiva ideologização da luta mundial do proletariado por condições de existência mais dignas e justas, independente da vertente marxista adotada — ortodoxa ou heterodoxa (Caribé, 2006) —, em seus inúmeros momentos de poder, foi tão — ou

mais — tirana e arbitrária que os gestores burgueses capitalistas. Contradições e desigualdades fizeram-se perceber nos dois sistemas. Acumulação de capital, de um lado, e centralização de poder político partidário, na outra extremidade, realçando, ainda mais, facetas do comportamento humano. Marx, segundo Lênin, teria percebido tais possibilidades antes mesmo da deflagração da Comuna de Paris, que sucumbiu em pouco tempo — 78 dias —, talvez num alerta de que, se o Capitalismo é excludente e contraditório em sua busca incessante pelo lucro e acumulação do capital, o Socialismo agrega ideais, utopias e militância que descambam, não raro, para a limitação da condição e alma humana. Indubitavelmente, a causa é justa, mas a militância comunista encontrou em limitância o seu trocadilho mais rápido. Sua revolução armada rendeu à humanidade milhões de mortos mundo afora, demonstrando que o Estado idealizado pelos comunistas não somente “definiu”, como se transformou em regimes totalitários engendrados enquanto potências militares truculentas e, porque não dizer, igualmente desumanas.

*Delineando e discutindo um conceito de Administração Política
com base nas contribuições de Lênin*

Nesta primeira parte deste ensaio, apresentou-se a ideia de que o Estado, na interpretação feita por Lênin com base nos postulados de Engels e Marx, é o órgão de dominação de uma classe. Isso direciona as reflexões no sentido de que o proletariado não tem meios de derrotar a burguesia a não ser conquistando, primeiramente, o poder político, garantindo a sua própria dominação política, e se transformado em uma classe homogênea e dominante. Constrói-se, assim, um Estado que, constituído proletário, iniciará o processo de “definhamento”. Ao alcançar este último estágio (de definhamento), alcança-se a vitória do proletariado, vez que, numa sociedade onde inexistem lutas de classes (diga-se de passagem, inconciliáveis), o Estado é inútil e impossível. Nesse contexto, o entendimento da Administração Política pode ser delimitado por um modelo no qual o Estado tem papel preponderante e a materialidade é alcançada, necessariamente, por intermédio da ditadura do proletariado. Permanece a reflexão sobre as transformações que este modelo sofreria, no momento em que o Estado, tendo definhado, seria substituído por uma “administração das coisas e dos processos”, em que os meios de produção passam a ser de toda sociedade imbuída do “étos comunista”.

No entendimento deste artigo, a Administração Política numa perspectiva leninista/marxista não contemplava suas contradições internas na consecução de seu projeto de nação. Qual projeto de nação, então, pode encontrar êxito, sem planejamento lastreado em sua própria realidade?

Dessa forma, Santos (2004) opera com o sentido de necessidade da compreensão da “gestão da materialidade das relações sociais”, visando ao entendimento do processo de desenvolvimento, essencializando a Administração Política, a partir de um contexto tridimensional, lógico e, hierarquicamente, sistematizado: sociedade (bem-estar), Estado (manifestação política da sociedade em busca da finalidade) e capitalismo (modo de produção, sua concepção e operacionalização, a fim de obter o bem-estar). A análise de Santos, ainda, contempla maior precisão acerca da Administração Política, a partir de três aspectos estruturantes: o sociológico, reconhecendo os conflitos de classes e o gerenciamento das relações capital-trabalho; o político, legitimando o Estado como ente arbitrário acerca dos espaços de atuação dos atores sociais, sua sobrevivência e competitividade; e o econômico, que invoca os processos alocativos necessários à expansão.

Por outro lado, o capitalismo tem apresentado força suficientemente capaz de estabelecer uma administração política que visa a proteger seus interesses a qualquer custo. Quando não, estabelecer, influenciar o suficiente para garantir seus propósitos. Sendo assim, a historicidade da acumulação capitalista tem apresentado índices estratosféricos nunca vistos, representando, quase sempre, concentração de renda e desigualdades sociais e territoriais que afastam o tão desejado bem-estar da humanidade. A gestão que objetiva o bem-estar da humanidade, nos mais diversos matizes das relações sociais, concentra boa parte do que se pode compreender como Administração Política. A leitura que se pode fazer da contemporaneidade é a de pouca sensibilização sobre o tema e a necessidade de um projeto de nação mais humano, e sobre a própria relevância da Administração Política no mundo atual. Também, pelos próprios administradores.

Inspirações e diálogos de Schumpeter com Marx

Quem era Schumpeter?

Desde sempre, Schumpeter esteve no epicentro dos principais acontecimentos do seu tempo. Nasceu no dia 8 de fevereiro de 1883, na Morávia, província austríaca (hoje República Checa), uma das regiões mais afetadas

pelo conturbado período que compreendeu duas grandes guerras e a maior depressão já vivida pelo capitalismo. Em 1906, graduou-se em Direito e suas afinidades com a ciência econômica foram alicerçadas pelo fato de que as universidades imperiais incluíam, naquela época, no estudo de Direito, cursos e exames complementares de Economia e Ciência Política.

Transitou tanto pelo setor privado, seja como consultor jurídico e econômico de uma princesa egípcia ou como presidente de um banco, Bidermannbank de Vienna, que faliu em 1924, e pelo setor público, como ministro das Finanças da República da Áustria, por nove meses (1919). Mas a maior parte da sua vida intelectual e profissional transcorreu dentro do mundo acadêmico. Em 1909, inicia sua carreira como professor na Universidade de Czernowitz (Viena). Em 1911, foi convidado a lecionar Economia na Universidade de Graz. Na condição de professor visitante, passou o ano letivo de 1913-1914 em Nova York, na Universidade de Columbia, onde recebeu o título de doutor *honoris causa*.

Em 1925, transferiu-se para a Universidade de Bonn, Alemanha, onde assumiu uma cadeira como professor. Certamente a ascensão do nazismo apressou sua nova migração, em 1932, desta vez para os Estados Unidos, para tomar posse de uma cátedra na Universidade de Harvard, em Cambridge, onde lecionou até a sua morte, em 1950. E é, exatamente, na sua longa vida acadêmica, que se consolida como autor de um conjunto de trabalhos que o qualifica como um dos analistas mais relevantes do Capitalismo.

Considerado um dos maiores economistas da primeira metade do século XX, Joseph Alois Schumpeter dedicou seus esforços para analisar fundamentalmente a dinâmica do desenvolvimento econômico no sistema capitalista. Diferindo dos economistas clássicos e se aproximando, por outro lado, de Karl Marx, considerava o progresso técnico o fator determinante da dinâmica capitalista, e não o crescimento da população, o aumento da produção e o acúmulo de recursos.

A ampla obra de Schumpeter

Em sua obra é possível encontrar um pensador penetrante em suas ideias, afeito à polêmica, e um crítico constante da superficialidade das análises socioeconômicas. Como professor, uma de suas principais marcas era o estímulo às ideias contrárias, para evitar a complacência de seus ouvintes. “Todos que fossem afeitos às coisas do pensamento podiam contar

com seu apoio a despeito de discordâncias pessoais ou intelectuais” (Sweezy, 1962. Apud: Moricochi & Gonçalves, 1994, p. 27).

Schumpeter está no mesmo patamar dos criadores das principais correntes ou doutrinas de pensamento econômico (Escola Schumpeteriana). De suas inúmeras contribuições, destaca-se a teoria do desenvolvimento capitalista, particularmente no estudo dos ciclos econômicos. Para este autor, o desenvolvimento econômico está fundamentado em três fatores principais: as inovações tecnológicas, o crédito bancário e o empresário inovador. Durante os anos 1950 e 1960, sua obra passou por um momento de esquecimento, tendo vivido um novo período de popularidade, a partir da década de 1970, com a crise econômica mundial e a emergência das novas tecnologias (informática, engenharia biológica, etc.).

Entre seus trabalhos mais conhecidos, estão *Teoria do desenvolvimento econômico* (1912), *Ciclos econômicos* (1939), *Capitalismo, Socialismo e Democracia* (1942) e *História da análise econômica*, trabalho inacabado, quando de sua morte e publicado postumamente, em 1954. A obra de Schumpeter, *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, sobre a qual nos debruçamos nesta segunda parte do ensaio, foi concebida pelo autor menos como um estudo acadêmico e mais como o “resultado de [. . .] 40 anos de pensamento, observação e pesquisa” (Schumpeter, 1984, p. 503). Nela, a análise do Capitalismo é norteada pelo conceito de concorrência, fundamentado pela introdução de inovações, tendo como condicionantes os parâmetros institucionais. Como observa Burlamaqui (2005, p. 8), nesse texto Schumpeter avança os contornos de uma “interpretação de capitalismo radicalmente distinta daquela centrada no modelo de concorrência perfeita”.

E é, exatamente, a partir da análise dessa obra, que buscamos encontrar o lócus do administrador político, na concepção schumpeteriana de desenvolvimento econômico. Ao enxergar o capitalismo como um sistema movido por uma destruição criadora e pelo empreendedorismo, Schumpeter fornece à administração política um quadro muito mais complexo e desafiador do que os teóricos convencionais e suas noções de desenvolvimento harmônico, baseado na racionalidade.

Para compreender as formulações schumpeterianas, é preciso entender que a inovação por ele enfatizada é a que representa uma ruptura com o padrão anterior, originária da percepção de oportunidades de mercado, mais especificamente das possibilidades de ganho pelos agentes econômicos,

dotados de visão, capacidade de planejar, conceber e implementar estratégias. Ao identificar as **inovações** como a forma mais eficaz de concorrência, Schumpeter destaca o seu caráter ativo e desequilibrador, na medida em que a **continuidade das vantagens obtidas por meio destas inovações** são, necessariamente, temporárias, sujeitas à obsolescência do fluxo natural da “destruição criadora” — a essência da dinâmica capitalista. “Destruição criadora” é compreendida, por sua vez, como a dinâmica, a partir da qual uma nova tecnologia destrói, ou, pelo menos, dilui o valor de velhas técnicas e posições mercadológicas. O novo produto passa a ocupar o espaço do velho produto e novas estruturas de produção destroem antigas estruturas.

Apesar de ter sido considerado um dos maiores economistas de sua época, somente com o livro *Capitalismo, Socialismo e Democracia* Schumpeter passa a ser visto como um cientista social no sentido mais amplo. A obra é a marca principal da sua incursão pelo campo da sociologia econômica e da sua afinidade com o pensamento de Karl Marx. Do pensador alemão parece ter herdado a visão dinâmica do processo de desenvolvimento, o que não impediu que, no campo ideológico, tenha sido um dos principais opositores ao marxismo.

Como Marx, Schumpeter também preconizava a destruição do Capitalismo, com a sua substituição pelo Socialismo. Mas, diferente do pensador alemão que via, no acirramento das contradições do Capitalismo e na conseqüente luta de classes, as causas da mudança, acreditava que o próprio sucesso do sistema acabaria no final não só minando as instituições que o resguardavam, mas também contribuindo para a emergência da civilização socialista.

Polemista de primeira linhagem, desfere uma crítica à burocracia e à rotina como elementos constrangedores à inovação. E a sua personalidade contestatória das unanimidades óbvias que alimentam corriqueiramente o debate acadêmico lhe rendeu um grau de animosidade que explica, por exemplo, por que ele nunca se tornou um ídolo entre os norte-americanos. Sobre isso, John Galbraith (1986, p. 121) fala com sua habitual ironia:

Schumpeter nunca se transformou numa figura cultuada no âmbito do conservadorismo norte-americano, como é o caso de Hayek, von Mises e outros expoentes da inconseqüência tradicional. Em parte, deve-se ao fato de faltar-lhe solenidade e de ele gostar de chocar seus próprios defensores. Louvava Marx como gênio, profeta

e “homem de grande cultura”. Referindo-se ao futuro, indagava: “Poderá o Capitalismo sobreviver?” E ele mesmo respondia: “Não, não creio que possa sobreviver”. Os homens de posses e de alta posição social não se reuniram em torno de amigos desse tipo. É melhor dispor de alguém que sistematize com ênfase e com pesar o que já foi dito anteriormente.

Assim como Weber, Schumpeter observa o peso crescente da racionalidade burocrática, que passa a assumir papel preponderante na modernidade, em razão da necessidade de gestão da atividade econômica. Seu sucesso levaria a um reforço do espírito racionalista encarnado no interesse individual e na quantificação. Por outro lado, acreditava que o incremento da racionalidade, em certo sentido, minaria os valores tradicionais e as instituições e posteriormente solaparia, também, os valores burgueses, o que, em última instância, implicaria a perda de legitimidade do próprio Capitalismo.

Marx na visão de Schumpeter: profeta e gênio

No livro *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, Joseph Schumpeter inicia suas análises por um passeio pelo pensamento de Karl Marx, a quem reputa um misto de gênio e profeta. Além de possuir uma crítica aguçada ao Capitalismo, é a única visão sobre o Socialismo que merece, no seu entender, alguma atenção. Apesar de ter visto no pensador alemão inúmeros pontos de identificação, enxergando um brilhantismo singular nas suas análises, Schumpeter não se apresenta como um crítico condescendente das ideias marxistas.

Tece observações sobre o que considera um caráter messiânico de Marx, ao ter posicionado o marxismo como uma religião que “oferece o paraíso deste lado do túmulo” (Schumpeter, 1984, p. 21), cujos fins últimos incorporam o significado da vida e constituem os padrões absolutos, segundo os quais é possível julgar eventos e ações e oferecer um guia para se alcançar tais fins — um plano de salvação e a indicação do mal a ser combatido.

Segundo Schumpeter, o Socialismo marxista seria fruto do “sentimento de frustração e maus-tratos que é a atitude autoterapêutica da multidão dos malsucedidos” ou “uma tentativa de substituir sentimentos reais por uma revelação falsa ou verdadeira, da lógica da evolução social” (Ibidem, pp. 22-3). Mas reconhece a abrangência das informações de Marx no

campo sociológico, assim como a erudição no campo de teoria econômica.

Mesmo sem aceitar a teoria marxista, acreditava que se podia fazer uma interpretação econômica da história. Porém, critica Marx por ter construído uma teoria que leva em conta uma relação de estreita dependência entre o econômico e outras esferas da vida. Acreditava que se as ideias e valores não eram para Marx o agente-motor do processo social, também não eram “mera fumaça”, já que reconhecia no destaque ao elemento tecnológico um caráter transcendente.⁷ Diferente de Marx, Schumpeter, ao criticar a racionalidade econômica como resposta para todas as questões, acreditava, por exemplo, na possibilidade de existência de instabilidade econômica, sem instabilidade social e vice-versa.

Como já observado, em contraposição às ideias marxistas, Schumpeter preconizava que a falência do sistema surgiria de suas próprias virtudes. Ou, em outras palavras, da concentração da firma e da crescente regulamentação da economia que levariam o capitalismo à burocratização, que, por sua vez, tenderia a conduzir à rotinização e ao fim do sistema e, consequentemente, à ascensão do socialismo.

Em um primeiro momento, Schumpeter é enfático quanto ao fim do Capitalismo, no prefácio da primeira edição de *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, quando diz que “uma forma socialista de sociedade inevitavelmente emergirá de uma decomposição igualmente inevitável da sociedade capitalista” (1942). Pouco tempo mais tarde, no prefácio da terceira edição, tende a amenizar o tom premonitório de suas palavras e chega a dizer que “A ordem capitalista tende a destruir-se e o Socialismo centralista é [. . .] um herdeiro provável” (1947).

Mas, apesar de seu pessimismo com o Capitalismo, ele afirma a ideia de que não existe nenhuma razão *puramente econômica* impedindo o capitalismo de transpor, com sucesso, novas etapas, novos desafios. A razão de o Socialismo ser, no seu entender, o “herdeiro provável” do espólio do Capitalismo é a constatação de que seu processo econômico tende a se socializar na grande firma. Por outro lado, Schumpeter sugere que, no Socialismo, o planejamento econômico centralizado é antagônico à participação democrática e tende a concentrar enorme poder nas mãos dos administradores políticos, no âmbito do Estado.

⁷ Para Marx, as formas ou condições de produção são os determinantes fundamentais das estruturas sociais, que, por sua vez, geram atitudes, ações e civilizações: moinhos hidráulicos criaram as sociedades feudais; moinhos a vapor, as sociedades capitalistas.

Entre outras tantas concepções de Marx, Schumpeter critica ainda: 1) o conceito de classes sociais; e 2) o modelo de análise segundo o qual o desenvolvimento do capitalismo levaria à supressão das classes médias. Sobre o primeiro ponto, considerou uma percepção elementar, puramente econômica e simplificada do fenômeno, longe de um estágio científico. O principal estratificador marxista de classes consistiria na propriedade ou não dos meios de produção (fábricas, maquinaria, matérias-primas e bens de consumo).

Na sua visão, apenas nos enclaves, onde os negócios são o único caminho para a eminência social, a posse dos meios de produção pode determinar a posição de um grupo na estrutura social. Apesar de ver nas posições de classes, em muitos casos, um reflexo de posições econômicas mais ou menos correspondentes, Schumpeter acredita que estas últimas são mais causas e não consequências.

Quanto ao antagonismo dicotômico entre capitalistas e proletariado, preconizado por Marx (ponto 2), observa que o próprio desenvolvimento do Capitalismo cria uma nova classe média entre a burguesia e o proletariado, que pode, também, evitar o avanço do Socialismo. Além disso, Schumpeter vê, na relação entre capitalistas e proletariado, menos incompatibilidade e mais cooperação. No seu entender, a prevalência de antagonismos só seria justificável em casos patológicos já que, na vida social, o antagonismo e as alianças são naturalmente ubíquos e inseparáveis, excetos nos casos mais raros.

Enquanto Marx desdenha da concepção de que uma inteligência e energia superiores no trabalho e na poupança justificam o surgimento de capitalistas, Schumpeter acredita, senão como dado único, na relevância do talento como determinante nos empreendimentos empresariais. Nosso autor observa que, se por um lado a teoria alternativa da acumulação primitiva de Marx explica a subjugação das massas, facilitando sua espoliação, por outro, não esclarece de que modo alguns obtêm o poder de subjugar.

Capitalismo, Socialismo e Democracia

e suas contribuições para o entendimento da história administrativa

Após um percurso na vida e obra de Schumpeter, e conhecendo seu diálogo com Marx, apresentam-se, nesta seção, os principais pontos acerca do pensamento de Schumpeter, sobretudo os que se referem à sua obra

Capitalismo, Socialismo e Sociedade (1943), que permitem compreensão mais abrangente ao estudo da Administração Política.

Nesse trabalho, publicado pela primeira vez na Inglaterra em 1943, Schumpeter apresenta a sua visão da decadência do Capitalismo e da burguesia como classe dominante. Para o autor, o Capitalismo caminharia em direção ao Socialismo devido às virtudes que o primeiro apresenta, e não em razão de suas contradições:

[. . .] as realizações presentes e futuras do sistema capitalista são de tal natureza que repelem a ideia da sua derrocada sob os efeitos do colapso econômico, mas, também, que, por outro lado, o próprio êxito do capitalismo solapa as instituições sociais que o protegem e criam, inevitavelmente, as condições em que não lhe será possível sobreviver e que apontam claramente o socialismo como seu herdeiro legítimo (Schumpeter, 1984, p. 86).

Schumpeter procura refutar a crítica de que as economias capitalistas apresentam baixo desempenho de produção. Ao contrário, o autor inicia sua análise demonstrando que no sistema capitalista a produção é crescente, ao longo dos anos, melhorando a qualidade de vida da população mais pobre, embora não consiga resolver o problema do desemprego que é inerente a essas economias. Desse modo, para o autor, segundo o senso comum, a derrocada do Capitalismo poderia acontecer pelo “definhamento das oportunidades de investimento”, a saber:

As principais razões para justificar o ponto de vista de que as oportunidades para o investimento privado e empreendimentos estão minguando são as seguintes: saturação, população, novas terras, possibilidades tecnológicas e a circunstância de que grande parte das oportunidades de investimento existentes se abrem na esfera da inversão pública e não da privada (Schumpeter, 1984, p. 144).

Entretanto, examinando os diversos motivos apresentados para sustentar essa tese, ele conclui por sua negação, ou seja, não é por esse aspecto que o capitalismo caminhará para seu declínio. De acordo com Schumpeter, as causas do fim do capitalismo não estariam associadas a fatores encontrados na dimensão econômica do sistema, mas em outras esferas da sociedade.

Para ele, os três processos principais que trabalhariam contra a permanência do capitalismo, descritos de forma sucinta, seriam: *a*) a substituição do ímpeto individual do empresário inovador pelas tarefas rotineiras de especialistas em grandes empresas burocratizadas. A burguesia, base de sustentação do capitalismo, perderia sua função; *b*) a constituição de grandes unidades produtivas e a eliminação das pequenas empresas, a partir do processo concorrencial. Este movimento acabaria com a “camada protetora” que dá sustentação política ao sistema; e, por fim *c*) a formação de grupos de intelectuais hostis que difundiriam ideias contrárias ao sistema.

Para Schumpeter, o capitalismo não é e nem pode ser estacionário. Em outras palavras, contrariamente ao pensamento neoclássico de equilíbrio estático, o trabalho de Schumpeter permite uma análise dinâmica da realidade econômica.

O capitalismo é, por natureza, uma forma ou método de transformação econômica e não, apenas, reveste o caráter estacionário, pois jamais poderia tê-lo. Não se deve esse caráter evolutivo do processo capitalista apenas ao fato de que a vida econômica transcorre em um meio natural e social que se modifica e que, em virtude dessa mesma transformação, altera a situação econômica. Esse fato é importante e essas transformações (guerras, revoluções e assim por diante) produzem frequentemente transformações industriais, embora não constituam seu móvel principal. Tampouco esse caráter evolutivo se deve a um aumento quase automático da população e do capital, nem às variações do sistema monetário, do qual se pode dizer exatamente o mesmo que se aplica ao processo capitalista. O impulso fundamental que põe e mantém em funcionamento a máquina capitalista procede dos novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte, dos novos mercados e das novas formas de organização industrial criadas pela empresa capitalista (Schumpeter, 1984, p. 110).

Esse impulso, também conhecido como “destruição criativa”, **promove** as empresas inovadoras, que respondem às novas solicitações do mercado, e **fecha** as empresas sem agilidade para acompanhar as mudanças. Ao mesmo tempo, orienta os agentes econômicos para as novas tecnologias e novas preferências dos clientes. **Elimina** postos de trabalho

ao mesmo tempo em que *cria* novas oportunidades de trabalho e possibilita a criação de novos negócios.

É, no Capitalismo, segundo esse autor, que o conhecimento aplicado da sociedade e o meio ambiente sociocultural são considerados os elementos mais importantes e responsáveis pelos “saltos” e “repentes” que se verificam no sistema econômico. Na perspectiva schumpeteriana, o desenvolvimento se processa “aos saltos”, de forma desarmoniosa, com a prevalência de elevado grau de riscos de incertezas.

Nesse ambiente, não cabe ao homem comum, mas sim a um sujeito especial, talentoso e motivado, a ação de investir e promover negócios rentáveis. Esse indivíduo, o empresário inovador, é diferente do capitalista, simples detentor ou gestor dos meios de produção. O empresário inova e é movido por uma pluralidade de motivos que transcendem a racionalidade.

Como destaca o autor, o processo de inovação, a partir de novas combinações, é endógeno à estrutura do sistema econômico e o empresário inovador desempenha papel fundamental para propor e tornar economicamente relevantes tais iniciativas. Em outras palavras, o inovador é responsável pela introdução de uma inovação, e sua “aceitação” pelo mercado, condição necessária para proporcionar um novo dinamismo da economia.

[. . .] a função do empresário é reformar ou revolucionar o sistema de produção através do uso de uma invenção ou, de maneira mais geral, de uma nova possibilidade tecnológica para a produção de uma nova mercadoria ou fabricação de uma antiga em forma moderna, através da abertura de novas fontes de suprimento de materiais, novos canais de distribuição, reorganização da indústria, e assim por diante (Schumpeter, 1984, p. 166).

Assim, dadas as limitações do conhecimento e de uma racionalidade previsível, o sistema só será eficiente, na compreensão de Schumpeter, se os empresários não se restringirem a administrar as estruturas existentes, mas o fizerem gerando inovação. Sobre os limites da racionalidade, o autor salienta que o conhecimento não suprime o acaso e, portanto, nunca há receita ou precedente para orientar as escolhas com absoluta certeza.

Como observa Pereira (2003), o empresário inovador descrito por Schumpeter tem estreita relação com o líder carismático descrito por Weber;

mas situa-se em uma posição de antítese de um tipo de administração burocrática, também descrita pelo pensador alemão. Na visão schumpeteriana, o empresário inovador é tido como sujeito do processo de “destruição criadora”, sendo, portanto, figura central da dinâmica capitalista.

O pensador austríaco via o empresário não como uma profissão e, por regra, uma condição durável, tampouco uma classe social no sentido técnico, como, por exemplo, os proprietários de terras, os capitalistas ou os trabalhadores. Mesmo constatando que o empresário não representava, necessariamente, uma posição de classe, observava que, no caso de ser bem-sucedido, seria natural que ascendesse a uma posição social correspondente a uma classe, que pode determinar-lhe um estilo de vida, o sistema de valores morais e estéticos.

Considerando que o diferencial do capitalismo de outros sistemas é a existência do crédito, ele acreditava que a grande qualidade do empresário não será o capital que possui, mas a sua capacidade de liderança (intuição, visão, competência e determinação) — qualidades que não se reduzem ao cálculo racional, mas que mantêm relação estreita com fatores psicológicos e sociais.

Assim, o desenvolvimento econômico, na visão de Schumpeter, está fundamentado em três fatores principais: as inovações tecnológicas, o crédito bancário e o empresário inovador. Tal como descrito pelo autor, a presença do empresário na sociedade capitalista é fundamental ao desenvolvimento econômico. O desenvolvimento ocorre a partir de uma profunda transformação da economia, mais especificamente, a partir de “uma nova combinação dos meios produtivos” e a existência de crédito para financiá-lo.

Em resumo, as inovações são o elemento motriz da evolução do capitalismo, ao passo que a busca pelo lucro (resultado das novas combinações) constitui o fator promotor da dinâmica econômica. Os lucros advindos do processo de inovação colaboram para o acirramento da competição capitalista: as inovações tenderiam a apresentar um processo de difusão desigual e a se concentrar em alguns setores da economia que procurariam manter-se na dianteira do progresso técnico. Diante desse cenário, Schumpeter questiona a ideia comum, segundo a qual a “**concorrência perfeita**” seria a forma de maximizar o bem-estar econômico. Sob essa competição perfeita, todas as indústrias produziriam os mesmos produtos, os venderiam pelo mesmo preço e teriam acesso à mesma tecnologia.

Nesse contexto, em detrimento da noção de equilíbrio estático dos clássicos, as inovações surgiriam em ondas ou aglomerados concentrados no tempo, e constituiriam a explicação dos ciclos pelos quais passa a economia, ligados às tendências de queda e à retomada dos investimentos e advindos do processo de incorporação da inovação. Para Schumpeter, os ciclos na economia possuem quatro fases: prosperidade, recessão, depressão e recuperação (Schumpeter, 1982).

Delineando e discutindo o conceito de Administração Política com base nas contribuições de Schumpeter

Em *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, Schumpeter trabalha, plenamente, os conceitos de destruição criadora e competição através de inovações, relacionados à teoria de Capitalismo corporativo. Para o autor, como sugere Burlamaqui (2005), a unidade básica de análise da dinâmica do capitalismo é a empresa, em particular as grandes corporações, aqui entendidas como um sistema que integra estruturas administrativas e estratégias inovativas. É nelas que se dá a dinâmica capitalista moderna —, que se configura o lócus do administrador político por excelência do sistema, e a partir das quais se estabelecem as inovações.

O que temos que aceitar é que (a grande firma) se tornou a máquina mais poderosa desse progresso e, em particular, da expansão a longo prazo da produção total. A esse respeito, a concorrência perfeita é não apenas impossível, mas também inferior, e não tem títulos para ser apresentada como modelo de eficiência (Schumpeter, 1984, p. 141).

No que tange à Administração Política em Schumpeter (1982, 1984) seu objeto de investigação ou “os meios para alcançar o desenvolvimento” (Santos, 2004) no âmbito do capitalismo estão estreitamente relacionados à atividade empresarial. O desenvolvimento econômico, ou a “construção da materialidade que garanta à sociedade o bem-estar econômico”, é visto como uma mudança espontânea e descontínua da estrutura, definido como a realização de novas combinações (inovações) e caracterizado por períodos de expansão e contração da economia. A inovação é a base do capitalismo, uma vez que possibilita a ocorrência de movimentos que alteram o estado de equilíbrio.

Destaca-se, ainda, que, para o autor, com o desenvolvimento da atividade industrial, esta tende a se confundir com a Administração Pública, que, paulatinamente, a partir da transformação do sistema capitalista, passa a ser entendida de maneira que absorva os assuntos econômicos da nação (Schumpeter, 1984, p. 356).

Considerações finais — ensaios para uma síntese

O presente artigo teve o objetivo de identificar contribuições das ideias de Lênin e Schumpeter para a reflexão sobre a Administração Política. Para tanto, partiu-se do entendimento de que o “poder” é um elemento fundamental na compreensão da administração política, e de que esta compreensão está pautada em um contexto tridimensional composto por *Capitalismo, Estado e Sociedade*.

Após a análise dos postulados e compreensões desses dois autores, algumas dimensões analíticas revelaram-se comuns, permitindo, agora, algumas reflexões transversais. Dentre estas dimensões destacam-se: as explicações sobre o fim do capitalismo e o papel do Estado; o lócus da administração política; o desenvolvimento; a administração política e a administração pública.

1. Explicações para o fim do capitalismo e o novo papel do Estado

Para Lênin, o socialismo é uma etapa posterior ao capitalismo e mais desenvolvida. O capitalismo teria seu fim ocasionado por suas próprias contradições e pela desigualdade que gera. Baseando-se no entendimento de que o Estado surge da própria sociedade para atenuar conflitos “inconciliáveis”, ficando acima desta e dela se distanciando, a abolição do Estado só é possível por meio da revolução violenta. Com a transformação do Estado burguês em Estado proletário, garante-se ao proletariado a dominação política, além de eliminar o conflito de classes, este, naturalmente, perderia o sentido de existir e definiria com o tempo.

Já para Schumpeter, o fim do capitalismo não está associado às suas contradições, mas ao seu sucesso. O processo econômico tenderia a se socializar na grande firma, e, por isso, o socialismo seria uma etapa posterior ao capitalismo. Com a grande firma, o ímpeto individual empreendedor seria substituído pelas tarefas rotineiras burocratizadas, as pequenas empresas seriam eliminadas pelo processo concorrencial, e grupos intelectuais seriam responsáveis por difundir ideias contra o capitalismo. Tendo o capitalismo

sido substituído pelo socialismo, a centralização do planejamento econômico estaria em contradição com a participação democrática.

2. O lócus da administração política

Na perspectiva leninista, a administração política está definida, fundamentalmente, no âmbito do Estado, já que é este organismo que define os rumos da sociedade. Na perspectiva schumpeteriana, sendo a empresa a unidade de análise da dinâmica capitalista, a administração política encontraria seu lócus na atividade empresarial e nas suas estratégias de inovação.

3. Desenvolvimento e a materialidade das relações sociais

Lênin postula que a materialidade é concebida no bojo do socialismo/comunismo, através da ditadura do proletariado; e pressupõe a incorporação do étos proletário, a simplificação das funções do Estado e a racionalidade na definição da igualdade de trabalho e recompensa material. O desenvolvimento é linear.

Nos postulados de Schumpeter, o desenvolvimento econômico fundamenta-se nas inovações tecnológicas, no crédito bancário e no empresário inovador. Isso ocorre no contexto que denominou destruição criadora, um contexto de incertezas, de limitação da racionalidade, em que o desenvolvimento se dá em “saltos”. A economia transforma-se, a partir de novas combinações de meios produtivos, da substituição de antigas estruturas por novas.

4. Aproximação da Administração Política e Administração Pública

A perspectiva de Lênin, por atribuir ao Estado papel fundamental na mediação dos conflitos e na gestão do sistema econômico, torna as fronteiras entre a Administração Pública e Administração Política pouco perceptíveis e bastante imbricadas. O mesmo ocorre na visão de Schumpeter, contudo, por outras vias, em que o processo de intensificação da atividade industrial absorve os interesses econômicos da nação, confundindo essas mesmas fronteiras.

Apresentada essa análise transversal entre os dois autores estudados, percebemos que dentre o tríptico contexto para cunhar um conceito para Administração Política, abordamos, neste ensaio, dois enfoques analíticos: aquele em que prepondera o Estado como lócus da administração política e aquele onde no qual lócus está definido pela atividade empresarial

capitalista — o mercado. Esses dois enfoques permitiram a definição de algumas categorias analíticas que podem inspirar estudos posteriores que visem aprofundar a compreensão da administração política que se origina fundamentalmente no lócus da sociedade, que não foi escopo deste ensaio. A permanência do diálogo entre diversos autores clássicos com enfoques diferenciados, pautados nas três dimensões apontadas por Santos (2004), certamente ajudará a iluminar este campo do conhecimento.

Referências

- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Economia e Administração: mercado e poder. *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, vol. 19, n.º 4, pp. 39-43, out.-dez, 1979.
- BURLAMAQUI, Leonardo. *Estado, Mercado, Regulação e Inovação: Law & Economics em uma abordagem pós-Escola de Chicago*. São Paulo: Conpedi Paper, 2005.
- CARIBÉ, D. *Das fábricas ao Estado, do estado às fábricas: a formação dos gestores enquanto classe*. Mestrado. Salvador: NPGA/UFBA. 2006.
- GALBRAITH, John Kenneth. *Uma vida em nossos tempos*. 2.ª ed. Trad. Wamberto H. Ferreira. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.
- LÊNIN, V. I. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Hucitec, 1983. [Ed. orig. 1917.]
- MORICOCCHI, Luiz & José Sidnei GONÇALVES. *Teoria do desenvolvimento econômico de Schumpeter: uma revisão crítica*. São Paulo: Informações Econômicas, vol. 24, n.º 8, ago. 1994.
- PEREIRA, Hélder Cardoso. *O futuro do capitalismo, o empresário e a inovação*. Lisboa: Sociologia Econômica, 2003.
- SANTOS, Reginaldo Souza. Em busca da apreensão de um conceito para a Administração Política. In.: Reginaldo Souza SANTOS. *A Administração Política como campo do conhecimento*. Salvador-São Paulo: Fundação Escola de Administração da UFBA-Mandacaru, 2004.
- (org.). *A Administração Política como campo do conhecimento*. São Paulo: Mandacaru, 2004.
- SCHUMPETER, J. *A teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- . *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984. [Ed. orig. 1942.]
- TEIXEIRA, Aloísio. Marx e a Economia Política: a crítica como conceito. *Econômica*, n.º 4, pp. 85-109, dez. 2000.

Resumo

O artigo tem como objetivo identificar, com base na leitura dirigida de autores clássicos, suas contribuições para o entendimento e para delimitação da Administração

Política. Serão apresentadas as contribuições de Lênin e Schumpeter, dois autores clássicos da Economia Política, para modelar uma melhor compreensão do conceito de Administração Política. Pretende-se, desta forma, extrair da análise destes autores, que são referências na Administração, mais especificamente na Administração Política, elementos que apontem os “meios para alcançar o desenvolvimento”, a partir da gestão das relações sociais de produção e de gestão, dentro do capitalismo.

Palavras-chave: Administração; Administração Política; Socialismo, Capitalismo.

Abstract

The article aims to identify, from the directed reading of classic authors, their contributions to the understanding and delimitation of Political Administration. Contributions from Lenin and Schumpeter, two classical authors of political economy, will be presented to model a better understanding of the concept of public policy. It is intended, to extract, from the analysis of these authors, who are references in Administration, specifically in the political administration, the elements which indicate the “means to achieve development”, from the management of social relations of production and management within capitalism.

Key-words: Administration; Political Administration; Socialism; Capitalism.